

Padrasto de um dos garotos que atearam fogo em Galdino quer que ele aguarde o julgamento fora da prisão

MAX PODE SER SOI TO

Somente o advogado e padrasto de Max Rogério Alves, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Walter Medeiros, entrará com pedido de habeas-corpus para que o enteado, de 20 anos, possa aguardar em liberdade o julgamento pela morte do índio pataxó Galdino José dos Santos. Os advogados dos outros três jovens que atearam fogo no índio Galdino Santos, voltaram a confirmar que preferem que os clientes continuem presos, para que o tempo na cadeia seja descontado após o julgamento. "O que está acontecendo é um linchamento moral, diante de uma fatalidade. A prisão de Max é inconstitucional, vou me empenhar pelo habeas corpus", afirmou Medeiros.

O advogado Raul Livino, que defende Tomas de Almeida e o irmão, menor de idade G.N.A.J, de 16 anos, prefere manter Tomas no presídio Núcleo de Custódia, até o julgamento. No entanto, já entrou com recurso no Tribunal de Justiça para transformar a internação do menor no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), em regime de liberdade assistida. Ele já foi condenado, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, a ficar internado por três anos. O advogado entregou ao tribunal um memorial. Além da decisão da juíza Sandra de Santis Mello, que desqualificou a denúncia de crime de homicídio triplamente qualificado, o advogado apresentou documentos para comprovar o bom comportamento do menor e laudos psicológicos do Caje. O recurso deverá ser julgado ainda este mês. "O comportamento do menino é tão bom que o diretor confia nele para descontar cheque no banco", garante.

EMOÇÃO

O advogado Heraldo Paupério, que assiste Antônio Novély, outro acusado pela morte do índio, justificou a atitude de não impetrar o habeas-corpus, afirmando que "não dá para ser movido pela emoção" (referência ao padrasto de Max Rogério). "É melhor contar com a detração após o julgamento, o que poderá abreviar a permanência de Novély na prisão", afirma. O rapaz, de 19 anos, é filho do juiz titular da 7ª Vara Federal, Novély Vilanova da Silva.

Segundo o advogado, os quatro rapazes estão convivendo com outros presos. "Quando eles chegaram ao Núcleo de Custódia, receberam muitas ameaças, e precisaram ficar isolados. A hostilidade maior, era porque um deles é filho de um juiz. A situação agora é melhor. Os outros presos já perceberam que eles erraram, mas são bons garotos", afirma Heraldo Paupério. A tranquilidade passada pelo advogado esbarra no desespero do padrasto de Max, Walter Medeiros. "Meu filho está deprimido e magro, e não desejo para ninguém o sofrimento que estamos passando. Max é um menino bom. Não bebe e nunca usou drogas. Foi um ato impensado. Sabe o que é retirar seu filho à força de casa e colocá-lo numa prisão?"

Max Rogério chegou a prestar vestibular para direito depois de preso, mas não foi aprovado. "Ele não tinha condições psicológicas para fazer um bom exame. Chegou para as provas algemado, num carro de polícia", justifica o padrasto. No habeas-corpus, Walter Medeiros quer provar que a prisão do filho, de 20 anos, é ilegal. "A prisão antes da ação transitar em julgado se justifica para garantir a ordem pública, quando o acusado tentar tenta se evadir e não confessa o crime. Nada disso aconteceu", alega Medeiros.

CB (Cidades)
15/8/97 123
Pataxó 123456789
698

CB
15/3/97 3 cont.
698

Pataxós vão protestar por Galdino

Viúva e integrantes da tribo do índio vêm a Brasília pressionar a Justiça para reverter decisão da juíza Sandra De Santis

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

Inconformados com a decisão da juíza Sandra De Santis, que desqualificou o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos para lesão corporal seguida de morte, os índios pataxós da Bahia prometem reagir.

Liderados pelo cacique Wilson Souza e pelos pais de Galdino, Juvenal e Minelvina de Jesus, uma delegação pataxó vem a Brasília, no início da próxima semana, promover manifestação de protesto em frente ao prédio do Ministério da Justiça.

Com o respaldo do Comitê de Apoio ao Pataxó e da Igreja Católica, a viúva Denilda Rosa Campos e as três filhas de Galdino de Jesus também virão à capital da República tentar sensibilizar o Poder Judiciário para que a decisão da juíza seja reformulada.

A idéia é trazer a Brasília pelo menos 200 índios pataxós, que farão manifestações também no Congresso Nacional, na sede da Funai e no Supremo Tribunal Federal, instância máxima do Poder Judiciário.

A família do índio Galdino teme que a sentença da juíza Sandra de Santis abra caminho para que os jovens de classe média que tocaram fogo em Galdino fiquem impunes.

Os pataxós ficaram muito revoltados com a decisão da juíza e prometem fazer manifestações em Brasília para que a morte de Galdino não fique impune", afirma Alda Maria Oliveira, coordenadora do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Igreja Católica, em Itabuna.

Hoje, os familiares de Galdino e os líderes da aldeia pataxó Caramuru-Paraguassu, de Pau Brasil, conce-

dem entrevista coletiva na diocese de Itabuna, organizada pelo coordenador diocesano, frei Estevam Cinti.

Os índios também vão exigir da Fundação Nacional do Índio (Funai) maior rapidez na execução da perícia judicial para agilizar a demarcação e homologação da reserva indígena pataxó, com 53,4 mil hectares, nos municípios de Itaju da Colônia, Camacã e Pau Brasil.

A demarcação das terras só foi agilizada pela Funai depois da morte de Galdino de Jesus, quando foram enviados à região técnicos indigenistas, que prometem regularizar a reserva pataxó num prazo de 180 dias.

MANIFESTAÇÕES

De todo o Brasil e do exterior, ocorreram manifestações de protesto contra a decisão da juíza Sandra De Santis. A decisão judicial está sendo denunciada inclusive junto a entidades indigenistas e de defesa dos direitos humanos no exterior, como a Anistia Internacional, Human Rights Watch's e Survival International.

De São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, bispo expoente da Igreja progressista, erigiu sua voz contra a Justiça. "Expresso meu repúdio total à inconcebível decisão da juíza Sandra De Santis. Trata-se de um verdadeiro sarcasmo, de uma burla intolerável à opinião pública, nacional e internacional, e de uma ofensa gravíssima à dignidade dos povos indígenas", criticou Casaldáliga. "Espera-se que outra Justiça superior, do mesmo Brasil da impunidade, corrija esta afronta", acrescenta.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi),

Paulo de Araújo 21.04.97



Tribo de pataxós da Bahia quer repetir na próxima semana protesto contra morte de Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo na noite de 20 de abril

Saulo Feitosa, ligado à Igreja Católica, considera a decisão da juíza "racista e elitista" e antecipa a realização de campanhas junto à sociedade civil para que o debate sobre a morte do índio Galdino seja retomado. "A juíza baseou sua sentença no depoimento de um dos acusados, Max Rogério, que disse que não teve a intenção de matar, desconsiderando os

depoimentos das oito testemunhas da acusação", critica Feitosa. "A decisão compromete a credibilidade da Justiça brasileira", avalia.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) também veio a campo para reagir duramente contra a juíza Sandra de Santis. "Segundo a juíza, os jovens não tiveram a intenção de matar. Foi sem querer que derrama-

ram dois litros de álcool sobre o índio adormecido e colocaram fogo", protesta Isidoro Revers, secretário-executivo da CPT.

Para a CPT, o Poder Judiciário mais uma vez "demonstra sua frequente injustiça, assim como a subserviência à impunidade das elites", estimulando a prática de violência contra grupos sociais minoritários.

"Se fossem índios ou mendigos que tivessem tocado fogo num latifundiário, a interpretação da Justiça seria outra", deduz Amália Maranhão, da organização não governamental Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc). "Duvido que a Justiça aceitaria, nessa hipótese, a tese de que tudo não passou de uma brincadeira", conclui.